

# SUMÁRIO

---

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 O PARADIGMA DO ESTADO</b> .....	19
2.1 Noções Introdutórias.....	19
2.2 Estado de Política .....	22
2.3 Estado Liberal de Direito.....	22
2.4 Estado Social ou Estado do Bem-Estar ( <i>Welfare State</i> ) .....	25
2.5 Estado Democrático de Direito.....	30
<b>3 PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL</b> .....	43
3.1 Devido Processo Constitucional e Devido Processo Legal .....	45
3.2 Contraditório e Ampla Defesa.....	48
3.3 Isonomia .....	52
3.4 Motivação das Decisões Judiciais .....	54
3.5 Inafastabilidade da Jurisdição.....	60
3.6 Economia e Instrumentalidade das Formas .....	67
3.7 Razoável Duração do Processo e a Celeridade do Procedimento .....	70
3.8 Supremacia da Constituição: “Equilíbrio de Princípios” – Harmonia, Balanceamento, Proporcionalidade e Efetividade .....	74
<b>4 AÇÃO</b> .....	81
4.1 Teoria Clássica, Civilista ou Imanentista .....	81
4.2 A Polêmica de Windscheid e Muther .....	84

4.3	Teoria da Ação como Direito Concreto .....	88
4.3.1	A Ação em Wach .....	89
4.3.2	A Ação em Chiovenda .....	95
4.3.2.1	Condições da ação em Chiovenda.....	99
4.4	Teoria da Ação como Direito Abstrato.....	102
4.5	Teoria Eclética do Direito de Ação.....	105
4.5.1	Condições da Ação de Liebman .....	106
4.5.1.1	Possibilidade jurídica do pedido.....	106
4.5.1.2	Legitimidade para a causa .....	108
4.5.1.3	Interesse de agir.....	110
4.6	A Teoria Adotada/Adaptada pelo CPC.....	111
4.7	Teoria da Asserção (ou da Prospecção) e Teoria da Exposição (ou da Apreciação).....	116
4.8	Primeiras Conclusões e Visão Crítica sobre as Teorias do Direito de Ação.....	122
<b>5</b>	<b>CONDIÇÕES DA AÇÃO: A EVOLUÇÃO DA ADMISSIBILIDADE AO MÉRITO .....</b>	<b>135</b>
5.1	Um Panorama Doutrinário: a Concepção das Condições da Ação até sua Vinculação às Questões de Mérito .....	135
5.2	Paradoxo Comparativo Analítico ao Abstrativismo Puro.....	160
5.3	Possibilidade Jurídica do Pedido .....	177
5.4	Legitimidade para a Causa .....	186
5.4.1	Legitimação Ordinária.....	195
5.4.2	Legitimação Extraordinária .....	196
5.5	Interesse de Agir.....	201
5.5.1	Casuística Relevante ao Interesse de Agir.....	207
<b>6</b>	<b>A TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA .....</b>	<b>211</b>
6.1	Introdução.....	211
6.2	As Relações Jurídicas de Direito Material dos Interesses Individuais e o Processo Individual.....	219
6.3	As Relações Jurídicas de Direito Material dos Interesses Coletivos e o Processo Coletivo .....	221

6.4	Direitos Difusos, Coletivos <i>Stricto Sensu</i> e Individuais Homogêneos .....	224
6.5	Coisa Julgada na Tutela Coletiva .....	228
<b>7</b>	<b>CONDIÇÕES DA AÇÃO NO PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>233</b>
7.1	Possibilidade Jurídica do Pedido .....	234
7.2	Legitimidade para a Causa .....	234
7.2.1	Natureza Jurídica da Legitimação Coletiva.....	234
7.2.1.1	Legitimação extraordinária por substituição proces- sual .....	236
7.2.1.2	Legitimação ordinária das “formações sociais” em de- fesa dos objetivos institucionais .....	239
7.2.1.3	“Legitimação autônoma” de condução do processo – legitimação objetiva .....	240
7.2.2	Legitimação Coletiva .....	244
7.2.3	Características da Legitimação para a Causa na Tutela Cole- tiva.....	245
7.2.4	Controle Jurisdicional da Legitimação Coletiva.....	247
7.2.5	Conclusões Antecipadas sobre a Legitimidade na Tutela Juris- dicional Coletiva .....	249
7.3	Interesse de Agir.....	253
7.3.1	Interesse Público Primário e Secundário .....	254
7.3.2	Breve Análise Crítica Antecipada .....	255
7.4	Casuística Coletiva .....	256
7.4.1	Ação Popular.....	256
7.4.2	Ação Civil Pública .....	262
7.4.2.1	Ação coletiva para a proteção do meio ambiente.....	262
7.4.2.2	Ação coletiva para a proteção do consumidor.....	264
7.4.3	Ação Coletiva e o Controle de Constitucionalidade.....	269
7.4.3.1	Controle de constitucionalidade jurisdicional .....	269
7.4.3.2	Controle de constitucionalidade incidental em ação coletiva e o controle de constitucionalidade exclusivo do STF.....	274
7.4.3.3	As condições da ação no controle de constitui- cionalidade incidental do processo coletivo.....	277

---

<b>8 CONDIÇÕES DA AÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE SISTEMÁTICA</b> .....	281
8.1 Condições da Ação como Técnica Processual.....	281
8.1.1 A Importância e a Finalidade do Estudo: a Instrumentalidade das Condições da Ação.....	281
8.1.2 A Natureza de Técnicas Processuais Decorrentes da Tutela Diferenciada .....	283
8.2 A Natureza Prejudicial das Questões de Mérito como Forma de Tutela Diferenciada para as Condições da Ação .....	290
8.3 Reflexos Previsíveis .....	292
8.4 As Mudanças do Anteprojeto do Novo CPC .....	295
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	315
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	333
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	339